Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório anual da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRASMISSÃO

CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório anual da Administração

Aos acionistas
Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia
A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão
As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31.12.2015	31.12.2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Os trabalhos relativos ao projeto estratégico "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira", referente à Chamada nº 013/2011 ANEEL - Projeto Jaíba, continuam em andamento. Este projeto está sob a responsabilidade da Proponente Furnas e gestão da empresa CEI Solar.

A 2ª Etapa do nosso projeto "Malha de Aterramento de Baixo Valor de Impedância: Avaliação Experimental em Modelo Reduzido e Realização de Medição em uma Malha Real com Corrente de elevado Valor" assinado com a UFMG em 2014, tendo como cooperada a Cia Transleste, está na fase final das descrições dos resultados e das medições em modelo reduzido. Os trabalhos deste projeto estão sendo realizados no laboratório experimental da própria UFMG com previsão, já no segundo semestre de 2016, de medições em uma malha real. Este é um investimento que mais uma vez a Transirapé fará na área de energia elétrica utilizando recursos do Programa P&D.

Os novos desafios exigem das empresas do setor elétrico inovações tecnológicas e a Transirapé define seus investimentos em P&D direcionados neste sentido, inovação. Para isto, mantém permanente contato com Universidades, no propósito de atender estes desafios na área de novas fontes energéticas e de tecnologia de transmissão.

Responsabilidade Socioambiental

A questão socioambiental é do interesse de todos, acima de qualquer diferença política, social e cultural, assim, torna-se importante a abordagem da problemática social e ambiental em todas as atividades de gestões privadas e públicas, com uma ampla participação de todos.

Sustentabilidade, foi a base dos programas e ações da Educação Ambiental e Comunicação Social implementado pela Transirapé em 2015. Partindo deste princípio a Transirapé buscou imprimir ações de conscientização aos seus empregados, parceiros e nas comunidades do entorno da Linha de Transmissão Irapé-Araçuaí 2.

Seguindo orientações solicitadas no Ofício Circular nº 0022/2013-SFE/ANEEL, foram desenvolvidas no período de abril a maio de 2015, campanhas e Ações de Educação Ambiental e Comunicação Social com palestras em algumas escolas locais e aos trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Irapé - Araçuaí 2, conscientizando e sensibilizando a todos como participantes ativos na transformação do meio em que estão inseridos, principalmente na Prevenção às Queimadas. Mantendo este foco "Prevenções às Queimadas", dentre outros pontos também abordados, esclarecemos estas populações próximas e ao longo da

linha de transmissão sua importância. Nas palestras destas escolas distribuímos de amplo material educativo (bolsas ecológicas, folders informativos, um mini squeeze e bonés).

Por meio do programa de Comunicação Social visitamos, aleatoriamente, alguns proprietários/posseiros prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Transirapé e o meio ambiente.

A divulgação radiofônica em uma das principais Rádios da região, por meio de um "spot" educativo com 10 chamadas diárias, foi um marco importante para realizarmos o trabalho de Educação Ambiental e Comunicação Social.

O objetivo principal deste trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimentos, habilidades, atitudes e competência individuais e coletivas, voltados para conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela linha de transmissão.

Em 2015 foi mantida a conservação e manutenção da limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres, por meio de contratações terceirizadas, bem como, a harmonização e o aspecto visual que compõem as nossas instalações com a natureza da região.

Atendimento e responsabilidade à legislação ambiental é um dos procedimentos contratuais que a Transirapé fez aos seus Contratados quando da implantação dos novos equipamentos (Bancos de Autotransformadores e Reatores) nas Subestações de Irapé e Araçuaí 2.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2015	**Regulatório 31/12/2014**	**Societário 31/12/2015**	**Societário 31/12/2014**
Lucro Liquido	9.418	8.278	14.853	11.654
EBITDA	18.671	15.399	21.409	17.498

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Transirapé de Transmissão ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.404	174
Títulos e valores mobiliários	6	1.233	6.093
Contas a receber	7	27.846	26.931
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	86	116
Outros		199	167
Total do ativo circulante		33.768	33.481
Não circulante			
Contas a receber	7	113.370	101.198
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.112
Imobilizado		21	18
Intangível		57	75
Outros		557	525
Total do ativo não circulante		114.005	102.928
Total do ativo		147.773	136.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		192	3.276
Empréstimos e financiamentos	9	15.079	11.058
Dividendos a pagar	12	6.295	2.768
Tributos e contribuições sociais	8	684	781
Taxas regulamentares	10	930	709
Outros		669	23
Total do passivo circulante		23.849	18.615
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	38.652	49.064
Mútuos com partes relacionadas	9	5.029	-
Tributos e contribuições sociais	8	4.268	3.874
Taxas regulamentares	10	-	131
Outros		734	809
Total do passivo não circulante		48.683	53.878
Patrimônio líquido	12		
Capital social		22.340	22.340
Reservas de lucros		52.901	41.576
Total do patrimônio líquido		75.241	63.916
Total do passivo e patrimônio líquido		147.773	136.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações de resultados para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	14	33.966	51.604
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(188)	(145)
Material		(19)	(29)
Serviços de terceiros		(1.466)	(1.197)
Taxa de fiscalização		-	(77)
Custo de construção		(10.041)	(31.700)
Outras		(150)	(29)
		(11.865)	(33.176)
Lucro operacional bruto		22.102	18.428
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(531)	(667)
Material		(7)	(8)
Serviços de terceiros		(226)	(304)
Outras		(47)	(82)
		(811)	(1.061)
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	752	965
Despesa financeira	15	(5.891)	(4.742)
		(5.139)	(3.777)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		16.152	13.590
Imposto de renda	13	(599)	(600)
Contribuição social	13	(306)	(294)
IR e CS diferidos	8	(394)	(1.042)
		(1.299)	(1.936)
Lucro líquido do exercício		14.853	11.654
Lucro por ações		0,66	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	14.853	11.654
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**14.853**	**11.654**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Legal**	**Lucros Retidos**	**Dividendos adicionais propostos**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**22.340**	**2.396**	**23.016**	**7.278**	**-**	**55.030**
Lucro líquido	-	-	-	-	11.654	**11.654**
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(2.768)	(2.768)
Reserva legal	-	582	-	-	(582)	**-**
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	8.304	(8.304)	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**22.340**	**2.978**	**23.016**	**15.582**	**-**	**63.916**
Lucro líquido	-	-	-	-	14.853	14.853
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.527)	(3.527)
Reserva legal	-	743	-	-	(743)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	10.582	(10.582)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**22.340**	**3.721**	**23.016**	**26.164**	**-**	**75.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.853	11.654
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	21	17
Receitas de aplicação	(141)	(952)
Encargos de dívidas e variações monetárias	5.986	4.976
	20.719	15.695
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(308)	(362)
Ativo financeiro indenizável	(12.779)	(33.814)
Tributos e contribuições sociais	30	(31)
Outros ativos	(64)	(59)
	(13.121)	(34.266)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(3.084)	3.194
Tributos diferidos	393	977
Tributos e contribuições sociais	(97)	287
Taxas regulamentares	90	71
Outros passivos	572	526
	(2.126)	5.055
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades operacionais	5.472	(13.516)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	6.112	19.243
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(16.845)
Aplicação no imobilizado	(6)	(4)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	6.106	2.394
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	-	(3.182)
Recebimento de mútuos de coligadas e controladas	5.000	-
Emissão de debêntures/Empréstimos	3.951	21.001
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(16.299)	(7.204)
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades de financiamentos	(7.348)	10.615
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.230	(507)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	174	681
Saldo no final do exercício	4.404	174
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.230	(507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ (a "Companhia" ou "TRANSIRAPÉ") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí - 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**
012/2005	30	15/03/2035	26.287	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918 de 23/06/2015

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Contratos de concessão
De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.1.2 Passivos financeiros
Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.1.3 Apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.2 Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Tributação

3.3.1 Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.3.2 Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**
  O Imposto de renda e a Contribuição social da Transirapé são calculados pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**
  Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

  Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.5 Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

3.5.1 Receita de implantação de infraestrutura

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem - cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

3.5.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.5.3 Receitas de operação e manutenção

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

3.5.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.6 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.7 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4 Pronunciamento do IFRS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2015.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas e serão efetivadas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2016: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29. A Companhia não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras quando da adoção destas novas normas ou modificações.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	4	4
Bancos	1.012	170
Aplicações Financeiras	3.388	-
	4.404	174

As aplicações financeiras de 2015 referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja a modalidade de aplicação nomeada " BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração pós-fixada variando durante o ano de 2015 entre 96,54% e 104,74% do CDI; e

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimentos	1.233	7.205
	1.233	7.205
Circulante	1.233	6.093
Não circulante	-	1.112

Os valores de R$ 1.233 (2015 - circulante) e R$ 1.112 (2014 - não circulante) referem-se aplicação do Fundo Investimento restrito: Fundo Fic Fi títulos públicos referenciado DI vinculado ao financiamento com o Santander/Finame com remuneração média no ano de 2015 de 98,52 % do CDI, fundo constituído em 2014.

7 Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e permissionárias (7.1)	1.901	1.643
Concess. e Permissionárias Partes Relacionadas	762	711
Ativo financeiro (7.2)	138.553	125.774
	141.216	128.128
Ativo circulante	27.846	26.931
Ativo não circulante	113.370	101.198

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	91.960
Remuneração do ativo financeiro	18.707
Custo de construção	31.700
Custo de concessão	2.445
Realização ativo financeiro	(19.038)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	125.774
Remuneração do ativo financeiro	22.687
Custo de construção	10.041
Custo de concessão	2.699
Realização ativo financeiro	(22.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	138.553

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Tributos e contribuições sociais

	31/12/2015	**31/12/2014**
Ativo circulante		
IRPF a compensar	63	99
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	23	17
	86	116
Passivo circulante		
IRPJ	238	320
CSLL	116	145
COFINS	126	127
Outros	204	189
	684	781
IR e CS diferido (a)	4.268	3.874

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31/12/2013	2.832
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.042
Saldo em 31/12/2014	3.874
Imposto diferido reconhecido no resultado	394
Saldo em 31/12/2015	4.268

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2015					2014
		Circulante		Não Circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	Total
Moeda Nacional						
Debêntures	-	12.152	12.152	15.902	28.054	38.281
BDMG (FINAME)	2.737	190	2.927	22.750	25.677	21.841
Mutuo	-	-	-	5.029	5.029	-
Saldo líquido	2.737	12.342	15.079	43.681	58.760	60.122

Debentures: Os recursos contratados referentes as Debêntures foram de R$42.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Finame: Em 2011 foi contratado junto ao BDMG Finame no valor de R$1.187 com vencimento em 2020 e taxa de 4,50% ao ano, destinado a implantação do reforço do módulo de conexão na SE Araçuai II para Itaobim.

Finame e Finem: Em 2013 e 2014 contratamos também junto ao BDMG, mais duas modalidades de financiamento, sendo estas, Finame e FINEM no valor de R$19.761 e R$5.893, vencimentos em 2024 e 2029, taxa de 3,50% a.a. e 3,5% a.a.+ TJPL respectivamente, ambas destinados a implantação do RBNI - II Banco de Trafos.

Os contratos com o BDMG bem como a escritura de debêntures exigem o cumprimento de obrigações específicas por parte da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

A obrigação contratual relacionada as debêntures da Transirapé estão relacionadas à dívida líquida no limite de R$70.000 , para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM, conforme aditivo da escritura de emissão, item X da clausula 4.13.1 " Vencimentos Antecipados ". Em 31/12/2015 a Companhia está atendendo ao limite estabelecido.

Quanto aos financiamentos com Finame junto ao BDMG, as garantias são as aquisições do ativo e, constituição de conta reserva.

Já as garantias da modalidade FINEM resumem-se em Penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP e direitos creditórios

Contrato de Mútuo: Em 01 de dezembro de 2015 foi acordado entre a Cia Transleste de Transmissão e a parte relacionada Transirapé de Transmissão, o Instrumento particular de abertura de crédito "Mútuo" no limite de até R$ 13.000, autorizado pelo Conselho de Administração das Cias, em 20/10/2015 e aprovado pela ANEEL- Agencia Nacional de Energia Elétrica através do Despacho nº 3.844 de 26/11/2015.

A finalidade desse acordo foi financiar a Implantação dos reforços nas instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão, pois a Cia encontrou dificuldades em obter empréstimos no mercado em razão de limitações de financiamentos.

O recurso contratado foi acrescidos de juros remuneratórios equivalentes a um percentual de 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

O presente contrato vigerá por até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da disponibilização pela Transleste à Transirapé do valor objeto do presente instrumento onde serão liquidados os valores utilizados.

Em 16/12/2015 a Transirapé recebeu em sua conta corrente o depósito referente a R$5.000, correspondente a parte do limite deste contrato.

Os recursos contratados serão liquidados no final do contrato acrescido de juros conforme regra citada acima.

Na nota explicativa nº 11 de Partes Relacionadas (Passivo não Circulante) foi citada a relação do contrato do Mútuo entre estas cias.

No quadro abaixo seguem os vencimentos dos empréstimos e financiamentos a longo prazo :

	Finame A	**Finame B**	**FINEM**	**Debêntures**	**Mútuo**	**Total**
2017	132	2.382	421	15.902	-	18.837
2018	132	2.382	421	-	5.029	7.964
2019	132	2.382	421	-	-	2.935
2020	77	2.382	421	-	-	2.880
2021	-	2382	421	-	-	2.803
Após 2021	-	4.965	3.297	-	-	8.262
Total	**473**	**16.875**	**5.402**	**15.902**	**5.029**	**43.681**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	41.389
Captações	21.001
Provisões de juros	4.936
Juros pagos	(4.734)
Amortizações de principal	(2.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	60.122
Captações	8.951
Provisões de juros	5.986
Juros pagos	(5.897)
Amortizações de principal	(10.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.760

10 Taxas regulamentares

	31/12/2015	**31/12/2014**
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	**70**	155
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	**721**	564
Taxa de Fiscalização ANEEL	**139**	121
	930	840
Circulante	**930**	709
Não circulante	**-**	131

11 Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí , contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.

- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí.

- Companhia Transleste de Transmissão:

- Contrato compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.

- Contrato de Mútuo - Instrumento particular de crédito

- CEMIG Geração e Transmissão e FURNAS para prestação de serviço de transmissão de energia elétrica .

Demonstração do resultado	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	6.731	5.748
FURNAS	757	627
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	940	674
Transleste	110	104
Ativo Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	673	601
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	70	49
Passivo Não Circulante		
Mútuo		
Transleste	5.029	-

Remuneração do pessoal-chave da administração
Em 2015 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R$173, composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social era de R$22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	**Quantidade de ações 2015**	
	Integralizadas	**% do capital**
Transminas Holding S.A.	9.159.601	41,000000%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	5.473.420	24,500000%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.420	24,500000%
EATE	2.234.049	100,000000%
	22.340.490	**100,000000%**

b. Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Lucros retidos

  Os lucros remanescentes foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

c. Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d. Dividendos propostos

As demonstrações financeiras registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	3.182
Dividendos pagos no exercício	(3.182)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.768
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	2.768
Dividendos mínimos obrigatórios	3.527
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2015	6.295

13 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2015 IRPJ	31/12/2015 CSLL	31/12/2014 IRPJ	31/12/2014 CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.698	2.698	2.445	2.445
Receita de infraestrutura	10.040	10.040	31.699	31.699
Remuneração de ativos da concessão	22.797	22.797	18.813	18.813
Total da receita operacional	35.537	35.537	52.959	52.959
Ajustes decorrentes do ICPC	(12.779)	(12.779)	(33.812)	(33.812)
Receita operacional ajustada	22.758	22.758	19.147	19.147
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.820	2.730	1.532	2.297
Receitas financeiras	672	672	965	965
Base de cálculo	2.492	3.402	2.497	3.262
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10 %	9 %
Total	599	306	600	294

14 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	2.699	2.446
Receita de infraestrutura	10.041	31.700
Remuneração dos ativos de concessão	22.797	18.813
	35.537	52.959
Deduções da receita operacional		
PIS	(148)	(125)
COFINS	(683)	(574)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(438)	(478)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(212)	(178)
Taxa de Fiscalização Serviços Enegia	(91)	-
	(1.571)	(1.355)
Receita operacional líquida	33.966	51.604

15 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Rendimentos fundo de reserva	141	29
Rendimentos aplicações financeiras	517	922
Outras receitas contratuais	80	-
Outras receitas financeiras	14	14
	752	965
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.688)	(4.649)
Outras despesas financeiras	(203)	(93)
	(5.891)	(4.742)
Total do resultado financeiro	(5.139)	(3.777)

16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos instrumentos financeiros e suas classificações:

Em 31/12/2015	Valo justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	4.404	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.233	-	-
Contas a receber	-	141.216	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	53.731
Fornecedores	-	-	192
Total	5.637	141.216	53.923

Em 31/12/2014	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	174	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.205	-	-
Contas a receber	-	128.129	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	60.122
Fornecedores	-	-	3.276
Total	7.379	128.129	63.398

b. Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

c. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- ***Risco de crédito***

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- ***Risco de preço***
  As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

  A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

- ***Risco de taxas de juros***
  A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- ***Risco de liquidez***
  A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

- ***Risco financeiro***
  A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

d. Operações com derivativos
A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

17 Provisão para contingências
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

18 Benefícios a empregados
A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Welington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

Alexandre Vidigal Pereira Pinto - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva
Contadora CRC N° MG-067247/0-2